

NOTA 1 - A INSTITUIÇÃO E SUAS OPERAÇÕES

A ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO – POUPEX, organizada sob a forma de sociedade civil, de acordo com as Leis nº. 6.855, de 18.11.1980, e 7.750, de 13.04.1989, e demais disposições legais, regulamentares e disciplinadoras do Sistema Financeiro da Habitação - SFH tem por objetivo permanente: captar, incentivar e disseminar a poupança, propiciando ou facilitando a aquisição e construção de casa própria aos seus associados. A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército - FHE.

A POUPEX é uma entidade sem finalidade lucrativa e, por esse motivo, é isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido sobre as rendas geradas pela sua atividade fim conforme disposto no art. 15 da Lei nº 9.532/97. Os rendimentos e ganhos líquidos, auferidos em aplicações financeiras são tributados exclusivamente na fonte à alíquota de quinze por cento, calculada sobre vinte e oito por cento do valor dos referidos rendimentos e ganhos líquidos, conforme disciplinado no art. 57 da Lei nº 9.430 de 1996.

A Caderneta de Poupança POUPEX tem o seu processamento realizado pelo Banco do Brasil (em consonância com a legislação pertinente e as normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Secretaria da Receita Federal) mediante convênio firmado entre as partes, envolvendo a abertura, a manutenção e a movimentação das contas, com o apoio da sua rede de agências e terminais. Todos os associados poupadores da POUPEX são correntistas do Banco do Brasil S.A.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A POUPEX também está divulgando a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como uma informação suplementar àquelas requeridas pelas normas contábeis referidas anteriormente (essas demonstrações contábeis são obrigatórias somente para empresa de capital aberto), em conformidade com a Resolução nº 1.138, de 21.11.2008, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Os pronunciamentos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e que são aplicáveis à POUPEX são os seguintes: CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); CPC 05 –

Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 24 – Evento Subsequente e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 25.01.2012.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 12), a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 8), a provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 15), valorização de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 6), e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. A Administração revisa essas estimativas, no mínimo trimestralmente.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

b) Caixa e equivalente de caixa

O total de caixa e o equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota explicativa nº 4). Conforme mencionado na Nota explicativa nº 5.a. as aplicações em CDI-PÓS não são classificadas como Caixa e equivalente de caixa por se tratarem de aplicações para investimento.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota Explicativa nº 5).

d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam nas seguintes categorias, observada a regulamentação contida na Circular BACEN n.º 3.068/2001:

I- Títulos mantidos até o vencimento

Inclui os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

II- Títulos disponíveis para venda

São contabilizados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos intrínsecos reconhecidos nas demonstrações de resultado e os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido – “Ajuste a Valor de Mercado – Títulos Disponíveis para Venda” – até a sua realização por venda.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes, formais, objetivos, verificáveis e transparentes. Abaixo, apresentamos a metodologia de apreamento dos títulos disponíveis para venda:

a) **Certificados de Depósitos Bancários - CDB:** cotação da instituição bancária emissora, obtido diretamente pela plataforma eletrônica do CETIP, na data de apuração;

b) **Fundos de Investimentos:** a carteira dos fundos de investimento está representada relevantemente por títulos públicos federais, debêntures e certificados de depósitos bancários e estão marcados a mercado com base em critérios definidos pela Administração do Fundo de Investimento e podem ser assim resumidos: os títulos públicos federais e as debêntures são marcados a mercado diariamente pela cotação de mercado divulgado pela ANBIMA e ANBIMA e SND, respectivamente, os CDBs pelo mesmo critério descrito no item anterior. O saldo contábil do fundo de investimento é atualizado pela multiplicação da quantidade de cotas na carteira pelo valor cota diária, recebida pelo administrador do fundo ou coletada no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

c) **Títulos CVS:** a metodologia de precificação consiste na apuração do valor presente do fluxo de caixa futuro, descontado pela “curva de cupom de TR” divulgada diariamente pela BM&FBovespa.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentes de como estão classificados, são apropriados *pro rata temporis*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

e) Relações Interfinanceiras

Estão demonstrados pelo valor principal, atualizados pelas rendas e encargos incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais (Nota Explicativa nº 7).

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos juros e atualização monetária incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). A classificação das operações com atraso superior a 14 dias são tratadas como operações em curso anormal de acordo com o disposto no parágrafo 2º, do art.4º, da norma, que permite a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I, da norma anteriormente citada, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidos. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebida.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota Explicativa n.º 8).

g) Despesas Antecipadas

Correspondem à parcela paga antecipadamente pelos direitos e serviços a serem recebidos, cujo benefício será incorrido em períodos futuros (Nota Explicativa n.º 10).

h) Investimentos

Referem-se a participações societárias, onde não há nenhum tipo de influência significativa, e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável (Nota Explicativa n.º 11).

i) Imobilizado de Uso

Registrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa n.º 12 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

j) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não-financeiros

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não-financeiros.

k) Ativos Contingentes e Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Estão reconhecidos com base na avaliação e na estimativa de risco de perda das ações judiciais e dos processos administrativos, em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.823/2010.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da

ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível. Atualmente, não há ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis da Entidade.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (Nota Explicativa nº 15).

l) Demais ativos e passivos

Estão demonstrados pelo valor de custo, atualizados pelos encargos e juros incorridos até a data do balanço, com base no critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a. Composição geral

	Valores em R\$ mil	
	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades	<u>327</u>	<u>70</u>
Caixa	9	3
Depósitos Bancários	318	67
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez/Títulos e Valores Mobiliários *	<u>1.074.430</u>	<u>957.229</u>
Total de Caixa e equivalentes de caixa	<u>1.074.757</u>	<u>957.299</u>

b. Composição das aplicações e TVM (caixa e equivalentes de caixa)

Título	Emissor	31.12.2011	31.12.2010
CDI	Banco do Brasil	960.932	681.196
CDB	Banco do Brasil	0	175.245
Fundo	BB Pólo VII	112.372	100.410
Fundo	BB CP 600 mil	1.006	371
Fundo	BB CP 200	120	7
Total		1.074.430	957.229

A política de investimentos da POUPEX prioriza as aplicações em instituições financeiras de 1ª linha e em papéis de baixo risco. A remuneração média anual das aplicações financeiras que compõem a carteira da POUPEX é a seguinte: 11,75% a.a. para os papéis indexados ao CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro; 11,91% a.a. para os Fundos de Investimento administrados pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

NOTA 5 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Composição

	R\$ mil	
	31.12.2011	31.12.2010
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.266.802	745.146
Não Ligadas	1.266.802	745.146
Total	1.266.802	745.146
Ativo Circulante	1.266.802	745.146

Vencimento em dias	0-30	31-180	181-365	Total	%
CDI-OVER	960.932	-	-	960.932	75,9
CDI-PÓS *	65.120	95.775	144.975	305.870	24,1
TOTAL	1.026.052	95.775	144.975	1.266.802	100,0

*aplicação para investimento.

Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (registrado no grupo Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários na Demonstração de Resultados)

	R\$ mil		
	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	56.351	97.722	55.136
Total	56.351	97.722	55.136

NOTA 6 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS –TVM

a. Títulos e Valores Mobiliários -TVM

Vencimento em dias	31.12.2011							31.12.2010		
					Total			Total		
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
1-Títulos Disponíveis para venda	113.551	0	0	7.809	121.360	120.192	(1.168)	145.774	144.224	(1.550)
Títulos Públicos	0	0	0	7.809	7.809	6.643	(1.166)	40.612	39.065	(1.547)
LTN	0	0	0	0	0	0	0	32.322	32.168	(154)
CVS	0	0	0	7.809	7.809	6.643	(1.166)	8.290	6.897	(1.393)
Títulos Privados	113.551	0	0	0	113.551	113.549	(2)	105.162	105.159	(3)
Cotas de Fundos	113.551	0	0	0	113.551	113.549	(2)	105.162	105.159	(3)

CNPJ - 00.655.522/0001-21

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2011

2-Títulos Mantidos até o vencimento	0	73.693	20.249	94.194	188.136	187.632	(504)	247.854	246.170	(1.684)
Títulos Públicos	0	0	9.733	0	9.733	9.793	60	0	0	0
LTN	0	0	9.733	0	9.733	9.793	60	0	0	0
Títulos Privados	0	73.693	10.516	94.194	178.403	177.839	(564)	247.854	246.170	(1.684)
CDB	0	0	0	0	0	0	0	175.245	175.245	0
CRI	0	0	0	4.124	4.124	3.538	(586)	13.497	11.714	(1.783)
LF	0	26.922	0	90.070	116.992	116.918	(74)	0	0	0
Cotas de Fundos	0	692	317	0	1.009	1.009	0	0	0	0
DPGE	0	46.079	10.199	0	56.278	56.374	96	59.112	59.211	99
Total	113.551	73.693	20.249	102.003	309.496	307.824	(1.672)	393.628	390.394	(3.234)

Vencimento em Anos	31.12.2011				Total		31.12.2010		Total	
	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado		
	Por Categoria	207.493	90.070	316	11.617	309.496	307.824	393.628	390.394	
1 - Títulos disponíveis para venda	113.551	0	0	7.809	121.360	120.192	145.774	144.224		
2 - Títulos mantidos até o vencimento	93.942	90.070	316	3.808	188.136	187.632	247.854	246.170		

Vencimento em dias	31.12.2011				Total			31.12.2010		
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
	Por Carteira	113.551	73.693	20.249	102.003	309.496	307.824	(1.672)	393.628	390.394
Carteira própria	113.551	73.693	20.249	102.003	309.496	307.824	(1.672)	393.628	390.394	(3.234)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Por Carteira	207.491	100.251	307.742	184.498	205.951	390.449
Carteira própria	207.491	100.251	307.742	184.498	205.951	390.449

	31.12.2011		31.12.2010	
Por Categoria				
Títulos Disponíveis para venda	120.191	39%	283.169	73%
Títulos Mantidos até o vencimento	187.551	61%	107.280	27%
Valor contábil da carteira	307.742	100%	390.449	100%
Marcação a mercado	(82)		55	
Valor de mercado da carteira	307.824		390.394	

Os critérios de marcação a mercado dos títulos mantidos até o vencimento, para efeito de divulgação conforme quadros acima são os seguintes:

Cotas de Fundo de Investimento: estão representadas relevantemente por títulos públicos federais, debêntures e depósitos a prazo, cujos critérios de marcação a mercado, utilizados pelos administradores, são aqueles descritos na Nota Explicativa 3.d.

Operações Pré-Fixadas: o valor a mercado de um título pré-fixado corresponde ao valor de vencimento (valor de resgate) do título trazido a valor presente pelo fator de desconto na data-base do balanço (referente à data de vencimento do título) obtido com base na curva de juros pré-fixados verificada no mercado.

Operações Pós-Fixadas: são marcadas a mercado pela variação da taxa do CDI exigido para operação similar na data-base do balanço.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (registrado no grupo Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários na Demonstração de Resultados)

	R\$ mil		
	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Títulos de renda fixa	19.123	35.452	25.268
Rendas de Fundos Mútuos de renda fixa	6.559	12.371	10.121
Total	25.682	47.823	35.389

c) Reclassificação de categorias dos Títulos e Valores Mobiliários

Nos exercícios de 2011 e 2010, não foram efetuadas reclassificações de categorias dos títulos e valores mobiliários.

NOTA 7 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a. Composição

DISCRIMINAÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Créditos Vinculados	<u>766.658</u>	<u>689.180</u>
Banco Central - Recolhimentos Obrigatórios	594.446	530.357
SFH - Depósitos no FAHBRE	0	74
SFH - FGTS a Ressarcir	303	0
SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais	<u>171.909</u>	<u>158.749</u>
Principal com Opção pela Novação	207.354	192.080
(-) Encontro de contas - FCVS/FUNDHAB	(10.133)	(9.449)
(-) Provisão para Perdas	(25.312)	(23.882)
Repasses Interfinanceiros	<u>407.748</u>	<u>344.068</u>
Devedores por Repasses de Outros Recursos	407.748	344.068

Total	1.174.406	1.033.248
--------------	------------------	------------------

Classificação do Ativo:

Circulante	1.002.497	874.499
Não Circulante	171.909	158.749
Total	1.174.406	1.033.248

b. Banco Central – Recolhimentos Obrigatórios

Esta rubrica registra os valores de recolhimento obrigatórios de depósitos de poupança na forma da Resolução CMN nº 3.932, de 16.12.2010. A base de cálculo da exigibilidade de encaixe obrigatório sobre recursos de depósitos de poupança corresponde à média aritmética da soma dos saldos inscritos na conta “ 6.2.1.00.00-3 APE – Recursos de Associados. A exigibilidade de encaixe obrigatório é apurada aplicando-se a alíquota de 20% (vinte por cento).

c. SFH – Fundo de Compensação de Variações Salariais

Registra as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação – SFH. A novação é efetuada entre o credor e a União, nos termos da Lei nº 10.150, de 21.12.2000.

A provisão para perdas no montante de R\$ 25.312 mil (R\$ 23.882 mil em 31/12/2010) é calculada para fazer frente às perdas decorrentes do processo de habilitação dos créditos com cobertura pelo FCVS, nos termos da Lei nº 10.150/2000. O cálculo, além de levar em consideração o histórico de perdas na habilitação dos créditos para recebimento dos recursos junto ao CCFCVS, agrega também, em face do Fundo ter assumido os direitos e obrigações da extinta Apólice de Seguro Habitacional do SFH – ASH/SFH, parcela destinada à constituição de provisão para eventual perda no recebimento de indenizações do Seguro de Morte e Invalidez Permanente – MIP, também operada pela Administradora do FCVS.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura dos riscos decorrentes da não realização de parte destes créditos e não existindo expectativa de perdas adicionais.

SITUAÇÃO DA CARTEIRA

	R\$ mil	
	31.12.2011	31.12.2010
Não habilitados (i)	16.078	14.817
Habilitados e não homologados (ii)	11.323	10.239
Habilitados, homologados e em discussão (iii)	25.293	25.214
Habilitados e homologados (iv)	134.301	123.761

Negativa de cobertura (v)	19.768	17.983
Outros	414	66
Total	207.177	192.080

(i) Representa os saldos de contratos não habilitados.

(ii) Representa os saldos de contratos habilitados junto à Administradora do FCVS que ainda não foram analisados pelo FCVS.

(iii) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS. Há uma diferença no montante de R\$ 10.246 mil a menor em relação aos respectivos saldos contábeis na POUPEX, para cujos contratos, estão sendo impetrados recursos com solicitação de revisão para a Administradora do FCVS, objetivando aproximar os valores apurados pelo FCVS aos da POUPEX. O referido valor de diferença encontra-se integralmente provisionado.

(iv) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS, cujos valores apurados, com base na análise realizada, foram validados pela POUPEX.

(v) Representa os saldos de contratos habilitados pela Administradora do FCVS que estão sem ressarcimento em decorrência da negativa de cobertura por parte do FCVS.

d. Encontro de contas – FCVS/FUNDAHAB

Refere-se aos débitos relativos às contribuições trimestrais (não pagas e/ou pagas a menor) e mensais (pagas a menor) ao FCVS, a serem liquidados por prévia compensação, na forma do disposto na Lei nº 10.150, de 2000, posicionada na data dos saldos devedores de responsabilidade do FCVS, objeto da novação de dívida, conforme definido nos subitens 6.1.5.1, 6.2.5.1 e 6.2.5.2 do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do Fundo de Compensação de Variações Salariais – MNPO/FCVS.

e. Repasse Interfinanceiro

Decorre do convênio firmado com o Banco do Brasil S.A., em 26.05.1998. O acordo contempla aspectos outros, de interesse recíproco, entre eles o depósito (Repasse Interfinanceiro) de percentual da captação de recursos provenientes da Poupança POUPEX, remunerado com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI.

f. Resultado das Aplicações Compulsórias e do Repasse Interfinanceiro (registrado no grupo Resultado das Aplicações Compulsórias na Demonstração de Resultados)

	R\$ mil		
	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Créditos Vinculados ao Banco Central	20.910	39.884	31.453
Juros de Encaixe Obrigatório	20.910	39.884	31.453
Desvalorização de Créditos Vinculados	(1.213)	(1.930)	0
Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação	7.453	14.359	12.366
Repasse Interfinanceiro	22.266	41.807	29.215
Total	49.416	94.120	73.034

NOTA 8 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Composição da carteira por modalidade:

	R\$ mil	
	31.12.2011	31.12.2010
Operações de Crédito	1.147.463	1.218.065
Empréstimos	40.789	407.756
Capital de giro	10.170	0
Empréstimo c/garantia hipotecária	1.619	1.646
Empréstimo FHE	29.000	406.110
Financiamentos Imobiliários	1.106.673	810.309
Financiamentos - Habitação	958.770	750.006
Financiamentos - Construção	147.903	60.303
Total da Carteira de Crédito	1.147.463	1.218.065
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(75.018)	(87.184)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(75.018)	(87.184)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	1.072.445	1.130.881
Total Circulante	343.157	189.027
Total Não-Circulante	729.288	941.854

CARTEIRA IMOBILIÁRIA - FAIXAS DE OPERAÇÕES POR CURSO										EM R\$ MIL
OPERAÇÕES EM CURSO NORMAL										
										31/12/2011
AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL	

CNPJ - 00.655.522/0001-21

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2011

PARCELAS VINCIDAS	ATÉ 030	10.620	4.630	88	56	45	20	15	7	6.992	22.473
	ATÉ 060	10.474	1.708	493	55	45	20	15	7	39	12.856
	ATÉ 090	39.958	2.019	87	55	45	20	15	7	39	42.245
	ATÉ 180	32.017	5.673	257	164	134	247	114	21	116	38.743
	ATÉ 360	202.499	11.677	505	551	263	164	86	42	511	216.298
	SUP 360	393.945	257.334	16.972	11.444	11.044	3.643	3.622	1.724	10.029	709.757
PARCELAS VENCIDAS	ATÉ 014	-	286	11	35	13	12	2	7	22	388
	ATÉ 030	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	ATÉ 060	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	ATÉ 090	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	ATÉ 180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	ATÉ 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SUP 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	689.513	283.327	18.413	12.360	11.589	4.126	3.869	1.815	17.748	1.042.760	

OPERAÇÕES EM CURSO ANORMAL											
										31/12/2011	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL	
PARCELAS VINCIDAS	ATÉ 030	28	68	68	85	78	40	36	28	701	1.132
	ATÉ 060	27	69	68	85	77	39	35	445	138	983
	ATÉ 090	27	68	771	84	77	39	34	28	135	1.263
	ATÉ 180	78	330	193	247	227	117	101	82	391	1.766
	ATÉ 360	109	386	570	488	439	1.198	190	204	918	4.502
	SUP 360	1.738	7.467	5.103	8.929	7.331	6.532	2.833	3.689	7.915	51.537
PARCELAS VENCIDAS	ATÉ 014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	ATÉ 030	10	125	50	19	9	9	2	3	164	391
	ATÉ 060	-	-	91	75	31	10	13	4	10	234
	ATÉ 090	-	-	-	94	77	30	11	1	-	213
	ATÉ 180	-	193	-	136	480	65	418	727	720	2.739
	ATÉ 360	-	-	-	-	-	89	132	2.212	1.193	3.626

CNPJ - 00.655.522/0001-21

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2011

SUP 360	3.705	3.970	740	527	237	353	660	220	25.905	36.317
SUBTOTAL	5.722	12.676	7.654	10.769	9.063	8.521	4.465	7.643	38.190	104.703
TOTAL	695.235	296.003	26.067	23.129	20.652	12.647	8.334	9.458	55.938	1.147.463

(informações não auditadas)

OPERAÇÕES EM CURSO NORMAL											EM R\$ MIL
											31/12/2010
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL	
PARCELAS VINCENDAS	ATÉ 030	7.608	2.022	623	28	34	15	6	8	6.943	17.287
	ATÉ 060	7.485	1.074	70	28	34	16	5	8	8	8.728
	ATÉ 090	7.368	2.070	70	28	34	15	5	8	8	9.606
	ATÉ 180	21.436	5.616	987	209	102	593	16	25	488	29.472
	ATÉ 360	97.106	9.962	687	883	347	85	620	94	359	110.143
	SUP 360	700.993	170.445	14.336	7.686	8.408	3.754	1.346	2.370	2.757	912.095
SUBTOTAL	841.996	191.623	16.796	8.871	8.973	4.488	2.003	2.520	10.568	1.087.838	

OPERAÇÕES EM CURSO ANORMAL											
											31/12/2010
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL	
PARCELAS VINCENDAS	ATÉ 030	30	82	92	74	71	62	45	41	1.055	1.552
	ATÉ 060	30	82	91	73	70	60	44	40	299	789
	ATÉ 090	30	82	91	72	70	60	43	40	293	781
	ATÉ 180	76	243	980	207	202	177	563	115	1.586	4.149
	ATÉ 360	114	478	510	646	856	339	248	213	1.870	5.274
	SUP 360	1.971	8.880	9.373	6.560	6.514	5.667	4.161	2.580	13.074	58.780
PARCELAS VENCIDAS	ATÉ 014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	ATÉ 030	6	147	52	8	12	1	0	1	1	228
	ATÉ 060	21	-	170	412	24	8	7	4	5	651
	ATÉ 090	1	-	-	112	45	15	1	6	4	184
	ATÉ 180	216	3	-	71	828	58	2.445	658	466	

CNPJ - 00.655.522/0001-21

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2011

												4.745
	ATÉ 360	457	2.168	732	-	-	1.190	1.179	1.620	8.990	16.336	
	SUP 360	4.103	1.452	-	507	233	454	654	219	29.136	36.758	
SUBTOTAL		7.055	13.617	12.091	8.742	8.925	8.091	9.390	5.537	56.779	130.227	
TOTAL		849.051	205.240	28.887	17.613	17.898	12.579	11.393	8.057	67.347	1.218.065	

b. Receitas de Operações de Crédito (registradas no grupo Operações de Crédito na Demonstração de Resultados)

	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Receitas de Operações de Crédito	82.336	169.396	161.022
Empréstimos e títulos descontados	22.692	53.104	65.506
Financiamentos	56.646	110.289	90.796
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.998	6.003	4.720
Total	82.336	169.396	161.022

c. Composição da carteira por atividade econômica

	R\$ mil	
	31.12.2011	31.12.2010
Setor Público	72.187	463.336
Atividades Empresariais	72.187	463.336
Outros Serviços	72.187	463.336
Setor Privado	1.075.276	754.729
Indústria	10.170	0
Habitação	1.065.106	754.729
Total	1.147.463	1.218.065

d. Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco:

Nível de Risco	%	31.12.2011		31.12.2010	
		Valor das Operações	Valor da Provisão	Valor das Operações	Valor da Provisão
AA	0	695.235	0	849.051	0
A	0,5	296.003	1.480	205.240	2.120
B	1	26.067	261	28.887	289
C	3	23.129	694	17.613	528
D	10	20.652	2.065	17.898	1.790

E	30	12.647	3.794	12.579	3.773
F	50	8.334	4.167	11.393	5.698
G	70	9.458	6.621	8.057	5.640
H	100	55.938	55.936	67.347	67.346
Total		1.147.463	75.018	1.218.065	87.184

e. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	2º semestre/11	Exercício 2011	Exercício 2010
Saldo no início do período	76.982	87.184	71.182
Transferências para prejuízo	(16.127)	(34.614)	(23.720)
Reclassificação de prejuízo para nível H	11.431	11.431	615
Provisão constituída	3.348	11.944	39.916
Baixas	(616)	(927)	(809)
Saldo Final do período	75.018	75.018	87.184

f. Outras informações

- **Empréstimo - Capital de Giro:** operação realizada nos moldes da Resolução CMN nº 3.922/2010, capítulo I, art. 2º, item XXV.

- **Empréstimo para a Fundação Habitacional do Exército (FHE):**

Em 10.12.2009, a POUPEX efetuou operação de empréstimo para a Fundação Habitacional do Exército (FHE), cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 29.000 mil (R\$ 406.110 mil em 31 de dezembro de 2010). Essa operação é remunerada pela taxa de 1,2% ao mês, sem prazo de vencimento. A liquidação desse crédito ocorre no último dia útil de cada mês, observada a disponibilidade de caixa da FHE, conforme acordado na cláusula terceira do correspondente contrato de empréstimo. O Banco Central do Brasil, em 18 de maio de 2010, por meio da correspondência DESUC/GTBSB/COSUP 2-210/57, manifestou entendimento que esta operação estava em desacordo com o disposto no artigo 29 da Lei 6.855/80. A Administração da POUPEX, em 14 de julho de 2010, recorreu do entendimento do BACEN, que até a presente data não se manifestou, solicitando revisão da posição apresentada, considerando que a operação realizada está respaldada na legislação em vigor e posições anteriores do BACEN. Além disto, o empréstimo tem como finalidade primordial permitir que a FHE cumpra sua principal missão, a de dar apoio financeiro ao seu público alvo. A Administração entende que não existem riscos de não realização financeira desta operação.

Não obstante o relatado acima, a FHE durante o exercício de 2011 realizou várias amortizações do empréstimo, por meio de recursos próprios (R\$ 153.490 mil) e cessão de operações de crédito (R\$ 223.620 mil), ficando o saldo da operação, em 31.12.2011, reduzido a R\$ 29.000 mil. As cessões de operações de crédito pela FHE à POUPEX e que serviram para amortização do empréstimo foram as seguintes:

	R\$ mil
Data	Valor contábil
01/11/2011	87.460
01/12/2011	136.160
Total	223.620

Esses créditos decorrem de contratos para aquisição de material de construção e financiamento para imóveis residenciais e foram cedidos pelo valor contábil, registrados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A transferência abrangeu apenas créditos adimplentes. O risco da operação é de responsabilidade da POUPEX, sendo as provisões calculadas e registradas em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS

a. Composição do grupamento:

DISCRIMINAÇÃO	R\$ mil	
	31.12.2011	31.12.2010
Rendas a receber	939	193
Diversos	39.125	32.546
Adiantamento e Antecipações Salariais	1.631	1.684
Adiantamentos para Pagamento de nossa Conta	224	375
Devedores por Compra de Valores e Bens	424	139
Devedores por Depósitos em Garantia	3.030	2.980
Pagamentos a ressarcir	1.793	1.912
Devedores Diversos - País	32.023	25.456
Total	40.064	32.739

Classificação do Ativo:

Circulante	35.537	28.012
Não Circulante	4.527	4.727
Total	40.064	32.739

Rendas a Receber - registra os juros sobre capital próprio e os dividendos a receber provenientes de investimentos.

Adiantamentos e antecipações salariais – registra os adiantamentos e antecipações concedidos aos empregados da instituição.

Adiantamentos para Pagamento de nossa Conta - registra os adiantamentos concedidos a empregados e Escritórios Regionais e Postos para despesas administrativas.

Devedores por Depósitos em Garantia - registra os depósitos decorrentes de exigências legais para interposição de recursos trabalhistas e de mutuários.

Pagamentos a ressarcir - refere-se a valores a serem ressarcidos à instituição referentes a seguros e programa de apoio a educação.

Composição: Devedores Diversos – País –

	R\$ mil	
	31.12.2011	31.12.2010
Consignações a receber de terceiros	11.030	7.210
Complemento de prestações a receber	6.391	3.998
Valores a receber da FHE	14.532	12.125
Pendências - Sistema poupança	0	1.988
Outros	70	135
Total	32.023	25.456

Consignação a receber de Terceiros – refere-se a valores consignados de prestações imobiliárias que ainda não sensibilizaram a conta corrente da instituição;

Complementos de prestações a receber– registra a diferença apurada entre os valores devidos e os valores pagos das prestações imobiliárias pelos mutuários;

Valores a receber da FHE – registra o valor de responsabilidade da Fundação Habitacional do Exército sobre o custo de pessoal da POUPEX e processamento em TI.

Pendências a regularizar – Sistema PEX – registra transitoriamente os valores de poupança que sensibilizarão a conta de poupança no dia seguinte.

NOTA 10 – OUTROS VALORES E BENS

a. Composição:

	Valores em R\$ mil	
	31.12.2011	31.12.2010
Bens não de Uso Próprio	2.557	2.004
Material em Estoque	334	289
(-) Provisão p/ Desvalorização de Outros Valores e Bens	(295)	(229)
Despesas Antecipadas	1.137	1.325
Total	3.733	3.389

Classificação do Ativo:

Circulante	1.400	1.347
------------	-------	-------

Não Circulante	2.333	2.042
Total	3.733	3.389

1) **Bens não de uso Próprio** – registra os bens de propriedade da instituição, recebidos em dação em pagamento, arrematação ou adjudicação de financiamentos habitacionais.

2) **Material em estoque** – registra o valor de material de expediente adquirido para estoque.

3) **Despesas antecipadas** – registra os pagamentos antecipados de seguros, licença de uso de softwares e reforma de imóvel de terceiros.

4) **Provisão para desvalorização de outros valores e bens** – registra o valor da provisão para atender eventuais desvalorizações de valores e bens classificados no desdobramento Outros Valores e Bens.

NOTA 11 - INVESTIMENTO

Refere-se à participação acionária de 9,0905% na Companhia Brasileira de Securitização – CIBRASEC, no valor de R\$ 7.810 mil, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010. A POUPEX não possui nenhum tipo de influência significativa nessa investida.

Não houve indícios ou evidências de que os investimentos estão registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável.

NOTA 12 – IMOBILIZADO DE USO

a. Composição:

				R\$ mil	
				31.12.2011	31.12.2010
	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imobilizado					
<i>Edificações</i>	4%	1.838	(243)	1.595	1.669
<i>Móveis e Equipamentos em Uso</i>	10%	3.560	(1.185)	2.375	2211
<i>Sistema de comunicação</i>	20%	147	(115)	32	45
<i>Sistema de processamento de dados</i>	20%	15.588	(11.202)	4.386	4.865
<i>Sistema de transportes</i>	20%	713	(257)	456	585
Total		21.846	(13.002)	8.844	9.375

b. Movimentação:

Saldo Inicial 31.12.2010	Aquisições	Baixa	Depreciação	Saldo Final 31.12.2011
-----------------------------	------------	-------	-------------	---------------------------

CNPJ - 00.655.522/0001-21

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2011

<i>Edificações</i>	1.669	-	-	(74)	1.595
<i>Móveis e utensílios</i>	1.718	413	(4)	(231)	1.896
<i>Máquinas e aparelhos</i>	493	63	(5)	(72)	479
<i>Sistema de comunicação</i>	45	7	-	(20)	32
<i>Sistema de processamento de dados</i>	4.865	1.882	(77)	(2.284)	4.386
<i>Sistema de Transporte</i>	585	52	(40)	(141)	456
TOTAL	9.375	2.417	(126)	(2.822)	8.844

	Saldo inicial 31.12.2009	Aquisições	Transf.	Baixa	Deprec.	Saldo Final 31.12.2010
<i>Móveis e equipamentos em estoque</i>	1	20	(21)	-	-	-
<i>Imobilizações em curso</i>	-	404	(404)	-	-	-
<i>Edificações</i>	1.632	109	-	-	(72)	1.669
<i>Móveis e utensílios</i>	424	1.140	410	(78)	(178)	1.718
<i>Máquinas e aparelhos</i>	513	236	15	(195)	(76)	493
<i>Sistema de comunicação</i>	57	17	-	(5)	(24)	45
<i>Sistema de processamento</i>	5.548	1.858	-	(43)	(2.498)	4.865
<i>Sistema de Transporte</i>	78	672	-	(30)	(135)	585
TOTAL	8.253	4.456	-	(351)	(2.983)	9.375

O índice de imobilização na POUPEX em relação ao patrimônio de referência é de 0,26% (0,31% em 31.12.2010), sendo o limite máximo de 50% definido pelo BACEN.

Não houve indícios ou evidências de que os ativos imobilizados estão registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável.

NOTA 13 - DEPÓSITOS A PRAZO

As obrigações inscritas em "Depósitos a Prazo" compreendem os Depósitos Especiais, compostos pelo Fundo das três Forças: Marinha, Aeronáutica e Exército (remuneração é vinculada a taxa CDI) e da Fundação Habitacional do Exército – FHE (remunerado pela TR mais juros de 6,5% a.a). Esses recursos são depositados nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei nº. 6.855/1980. Esses depósitos não possuem prazo de vencimento e sua liquidez é diária.

Despesas de Captações com Depósitos Especiais: (registradas no grupo Resultado de Operações com Captações no Mercado na Demonstração de Resultados)

	R\$ mil		
	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Despesas de Captação	18.904	29.899	18.487
Depósitos Especiais	18.904	29.899	18.487
Total	18.904	29.899	18.487

NOTA 14 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Neste 2º semestre de 2011, as Letras Hipotecárias foram liquidadas. O saldo em 31.12.2010, devidamente atualizado, era de R\$ 48.190 mil.

	R\$ mil		
	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Despesas de Captação	95	852	3.676
Letras Hipotecárias	95	852	3.676
Total	95	852	3.676

NOTA 15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias:

	R\$ mil	
	31.12.2011	31.12.2010
Impostos e Contribuições a Recolher	5.654	4.843
Provisão para Riscos Fiscais	25.410	22.433
Total	31.064	27.276

Impostos e Contribuições a Recolher – registra os tributos devidos pela instituição ou retidos na fonte.

Provisões para riscos fiscais – Diante da declaração de inconstitucionalidade do § 1º, do art. 3º, da Lei 9.718/98, pelo STF, no julgamento do RE n.º 390.840-5/MG, foi requerida judicialmente a aplicação dos seus efeitos à POUPEX. Adicionalmente, a Lei n.º 11.941, de 27.05.2009, no art. 79, item XII, revogou esse dispositivo. O pleito encontra-se pendente o julgamento de recurso perante o TRF 1ª Região. Os valores provisionados, observado o prazo de prescrição, e não recolhidos dos tributos relativos à COFINS e ao PIS, com os respectivos acréscimos legais, atingiram em 31.12.2011, o montante de R\$ 25.410 mil (R\$ 22.433 mil em 31.12.2010).

A POUPEX solicitou no requerimento acima a restituição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, eventualmente recolhidos, ou recolhidos a maior, ou sua compensação com quaisquer tributos ou contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, caso a decisão seja favorável a esta instituição.

Os créditos tributários recolhidos, atualizados pela taxa SELIC, referente à COFINS perfazem o montante de R\$ 48.803 mil e ao PIS o de R\$ 2.095 mil. Estes valores referem-se a contingências ativas e, por este motivo não estão registrados no ativo da POUPEX.

b) Diversas:

	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações com Vendedores de Imóveis/Financiados (b.1)	12.156	5.330
Obrigações por Contribuições ao SFH (b.2)	835	769
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b.3)	19.803	17.397
Provisão para Passivos Contingentes (b.4)	10.879	8.594
Recursos do FGTS para Amortização de Financiamentos	410	391
Parcelas de Prêmios de Seguros Diversos a Repassar	501	293
Valores transitórios - Sistema PEX (b.5)	2.994	0
Encargos e Amortizações recebidas - Financiamentos	1.279	1.581
Valores sob Análise - SICOM	160	1
Provisão para contratos desequilibrados (b.6)	28.343	16.308
Outros Credores	577	1.016
Total	77.937	51.680

b.1) Obrigações com Vendedores de Imóveis/Financiados – registra as importâncias a serem liberadas aos mutuários de acordo com o cronograma da obra e a pessoas físicas e jurídicas que venderam imóveis financiados pela instituição.

b.2) Obrigações por Contribuições ao SFH – registra o valor das contribuições mensais e trimestrais devidas ao Sistema Financeiro da Habitação.

b.3) Provisão para Pagamentos a Efetuar – registram os valores relativos a despesas de pessoal, custo por processamento e a despesas por competência do mês, devidas aos fornecedores.

b.4) Provisão para riscos trabalhistas e cíveis – A composição dos saldos das provisões é a seguinte:

DISCRIMINAÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Passivos Trabalhistas	247	178
Poupança	2.103	374

Demandas judiciais - prováveis perdas	6.485	6.355
Financiamento imobiliário - ações judiciais	1.920	1.586
Cobertura de sinistro - material de construção	100	100
Outros	24	1
Total	10.879	8.594

I) *Movimentação das provisões para riscos trabalhistas e cíveis:*

CONTINGÊNCIAS	SALDO EM 31/12/2010	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO EM 31/12/2011
		ENTRADAS	SAÍDAS	
<i>TRABALHISTAS</i>	178	260	(191)	247
<i>CÍVEIS</i>	8.316	5.867	(3.651)	10.532
<i>SINISTRO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO</i>	100	407	(407)	100

<i>TOTAL</i>	8.594	6.534	(4.249)	10.879
--------------	-------	-------	---------	--------

CONTINGÊNCIAS	SALDO EM 31/12/2009	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO EM 31/12/2010
		ENTRADAS	SAÍDAS	
<i>TRABALHISTAS</i>	178	6	(6)	178
<i>CÍVEIS</i>	8.504	1.500	(1.688)	8.316
<i>SINISTRO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO</i>	100	412	(412)	100
<i>TOTAL</i>	8.782	1.918	(2.106)	8.594

II) *Comentários sobre a natureza das provisões de riscos trabalhistas e cíveis*

a. *Provisão para riscos cíveis*

A Provisão para Riscos Cíveis está representada por ações ordinárias revisionais de crédito imobiliário, ações de consignação e cobrança de expurgos inflacionários de poupança.

No que se refere aos créditos imobiliários, a POUPEX, de acordo com a Deliberação da Diretoria nº 043/2008 constitui provisão para demandas judiciais relativas a ações movidas pelos mutuários que visam à redução do valor das prestações dos financiamentos, e que será objeto de julgamento por parte da justiça. A Administração entende que a Entidade tem um risco futuro de perda provável, pelo eventual não recebimento, ao final do contrato, da diferença entre o valor da prestação determinado pela justiça e aquele contabilizado,

razão pela qual vem constituindo tal provisão, cujo montante em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 6.485 mil (R\$ 6.355 mil, em 31/12/2010).

b. Provisão para riscos trabalhistas

Reclamação trabalhista pleiteando aviso prévio, férias proporcionais, com acréscimo de 1/3 relativo ao período de novembro de 2003 a agosto de 2004; 13º salário proporcional, relativo ao ano de 2004; Liberação do FGTS; Multa de um salário, previsto no Artigo 477, Parágrafo 8 da CLT, horas extras, indenização por danos morais e materiais.

III) Passivos Contingentes – Risco Possível

ASSUNTO	QTDE	R\$ mil
		31/12/2011
Condomínio	5	84
Crédito Imobiliário	648	10.529
Empréstimo Simples	8	33
Fundo de Apoio Moradia - FAM	4	33
Material de Construção	9	20
Poupança	308	2.740
Trabalhista	1	29
TOTAL	983	13.468

Ações - Condomínio

Representam pedidos de pagamento de débitos (contas vencidas), realização de obras dentro dos condomínios e pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

Ações - Crédito Imobiliário

Representam pedidos revisão de índices, recálculo do saldo devedor, aplicação de juros simples, repetição de indébito, não inclusão do nome do mutuário nos órgãos de proteção de crédito, não promover execução extrajudicial, aplicação do Plano de Equivalência Salarial - PES, substituição da TR pelo INPC, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Empréstimo Simples, FAM (produtos da FHE)

Os autores requerem: revisão de contrato, nulidade das cláusulas que causaram oneração excessiva do contrato de adesão, declarar nula a cláusula que prevê a contratação do seguro de proteção financeira e a cláusula que prevê o vencimento antecipado, condenar o réu ao pagamento da indenização relativa ao seguro pela invalidez, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, e pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações- Material de Construção

Representam pedidos de revisão no valor da dívida, exclusão de juros superiores a 12% ao ano, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Poupança

Representam pedidos de pagamentos das diferenças relativas aos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e II).

Ações – Trabalhista

Representam pedidos de danos morais e pagamento de horas-extras.

b.5) Valores transitórios - Sistema PEX – registram transitoriamente os valores de poupança que sensibilizarão a conta de poupança no dia seguinte.

b.6) Provisão para contratos desequilibrados - A POUPEX possui na data-base de 31 de dezembro de 2011 o montante aproximado de R\$ 227.327 mil (R\$ 239.449 mil, em 31.12.2010) de saldo devedor de contratos de operações de financiamento imobiliário com característica de desequilíbrio financeiro, ou seja, contratos em que as prestações pagas pelos mutuários ao longo do contrato não são suficientes para a amortização integral do saldo devedor, em razão das limitações de atualização das prestações impostas por legislação. A Administração efetua uma provisão decorrente das prováveis perdas derivadas do processo de negociação dos contratos com os respectivos mutuários quando dos seus vencimentos, cujo valor consignado é de R\$ 28.343 mil (R\$ 16.308 mil em 31 de dezembro de 2010), sendo calculada com base na estimativa do desconto a ser oferecido aos mutuários quando da liquidação das operações. A Administração estima que a provisão constituída é suficiente para cobrir a totalidade das perdas por descontos concedidos de toda a carteira de operações de financiamento imobiliário na data-base das demonstrações contábeis, sendo seu valor periodicamente revisado.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social da POUPEX é composto dos seguintes itens:

	R\$ mil	
	31.12.2011	31.12.2010
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.402.670	3.032.286
Recursos de Associados Poupadores	2.935.561	2.625.815
Reservas de Lucros	468.275	407.864
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.166)	(1.393)

a) Recursos de Associados Poupadores – representa os recursos captados por meio da Poupança POUPEX, conforme convênio firmado com o Banco do Brasil e referido na Nota Explicativa nº 1. Segundo as normas do Banco Central os depósitos dos poupadores são registrados no grupamento do Patrimônio Social e não no Passivo Exigível por se tratar de entidade de Associação de Poupança e Empréstimo - APE.

Despesas de Captações com Depósitos de Poupança (registradas no grupo Resultado de Operações com Captações no Mercado na Demonstração de Resultados)

		R\$ mil	
	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Depósitos de Poupança	97.745	187.574	148.011
FGC	2.112	4.128	3.592
Total	99.857	191.702	151.603

- b) **Reserva de Lucros** – trata-se de Reserva Estatutária cuja finalidade é a de atender a possíveis emergências de ordem financeira e a de compensar as aplicações no Imobilizado. O Conselho de Administração por meio da Resolução nº. 002/2001, limitou essa reserva a 30% do valor da poupança. Sua constituição ocorre somente por ocasião do encerramento do exercício, conforme previsto no Estatuto da POUPEX.
- c) **Ajuste de Avaliação Patrimonial – TVM** – representa a variação da marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda.

NOTA 17 – DESDOBRAMENTO DE OUTROS ITENS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

a) Outras Receitas Operacionais

		R\$ mil	
	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Recuperação de Encargos e Despesas	502	996	786
Reversão de outras provisões *	5	9.198	9.810
Recuperação de outros créditos	0	1.054	
Outras Rendas	862	1.696	534
Total	1.369	12.944	11.130

*Refere-se à reversão de provisão de PIS/COFINS, no montante de R\$ 9.015 mil, em decorrência da prescrição do crédito tributário.

b) Despesas de pessoal

		R\$ mil	
	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Salários	15.285	31.227	26.744
Benefícios	3.524	6.946	5.948

CNPJ - 00.655.522/0001-21

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2011

Encargos Sociais	7.161	13.964	12.762
Treinamentos/Estagiários	390	774	740
Total	26.360	52.911	46.194

c) Outras Despesas Administrativas

	R\$ mil		
	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Despesas de Água	50	77	25
Despesas de Aluguel	220	405	377
Despesas de Comunicação	2.778	5.684	5.910
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	1.712	3.063	1.694
Despesas de Material	570	1.193	1.218
Despesas de Processamento de Dados	2.380	4.469	6.073
Despesas de Promoções e Relações Públicas	817	1.340	938
Despesas de Propaganda e Publicidade	510	1.262	4.132
Despesas de Publicações	96	200	229
Despesas de Seguro	16	38	29
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	2.877	6.260	6.010
Despesas de Serviços de Terceiros	299	665	878
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	49	50	0
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	2.031	3.559	2.542
Despesas de Transporte	123	268	224
Despesas de Viagens	199	410	483
Despesas com Uniformes	28	95	699
Despesas de Depreciação	1.321	2.822	2.982
Despesas de Condomínio	446	714	863
Despesas de Consignação	171	230	80
Outras	336	526	321
Total	17.029	33.330	35.707

d) Despesas Tributárias

	R\$ mil		
	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
IPTU	132	273	196
ITBI	122	238	241
Imposto de Renda	1.606	2.868	1.691
IOF	106	209	185
Taxas	11	21	10
ISS	68	130	110
COFINS	3.883	7.624	6.111
PIS	631	1.239	993
Atualizações	1.848	3.391	2.544
Outros	0	0	2
Total	8.406	15.993	12.083

e) Outras Despesas Operacionais

	R\$ mil		
	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Contribuições para associações	75	162	154
Atualização de recursos a liberar	174	338	177
Atualizações diversas	264	572	21
Ações de mutuários e poupadores	2.524	2.654	670
Resíduos prestação/amortização/seguros	10	42	1.056
Descontos concedidos em renegociação	132	132	27
Prejuízos com financiamentos imobiliários	5	114	69
Despesas com imóveis de terceiros	306	306	0
Despesas de contribuição ao SFH	396	770	648
Despesas para contratos desequilibrados	8.978	26.058	2.978
Despesas com outras provisões operacionais	252	476	304
Outras	24	30	249
Total	13.140	31.654	6.353

f) Resultado Não Operacional

	R\$ mil		
	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Lucros na Alienação de Valores e Bens	1.811	3.827	4.486
Ganhos/perdas de capital	(7)	(7)	31
Prejuízos na alienação de Valores e Bens/Permanente	(44)	(125)	(380)
Despesas com provisões não operacionais	0	(80)	(107)
Total	1.760	3.615	4.030

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM A GESTORA E OUTRAS PARTES RELACIONADAS

A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército – FHE, nos termos da Lei nº 6.855/80. Nos termos da referida Lei, os Administradores da POUPEX são cedidos e designados pela Fundação Habitacional do Exército e pagos por esta com base na sua tabela de remuneração (Lei nº 6.855/80, art. 1º § 2º, e art. 3º). Os dirigentes da FHE não recebem qualquer tipo de remuneração da POUPEX pelo desempenho das correspondentes funções que acumuladamente nela exercem.

A POUPEX não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade à proibição a todas instituições financeiras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. As transações com os Administradores estão restritas à manutenção de contas de poupança.

Divulgamos a seguir as transações existentes com a FHE:

- a) Ressarcimento de custos: a POUPEX executa uma série de atividades para a sua gestora Fundação Habitacional do Exército (FHE). Em decorrência da execução dessas atividades, a Associação é ressarcida mensalmente dos custos incorridos com a disponibilização de pessoal e de recursos de processamento eletrônico, na proporção de 64,59% e 35,61%, respectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o montante de ressarcimento foi de R\$ 100.911 mil (R\$ 88.458 mil, em 31 de dezembro de 2010).

Operações de Crédito - Empréstimos – Referem-se ao empréstimo referido na Nota Explicativa nº 8.f., cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 29.000 mil (R\$ 406.110 mil em 31/12/2010), e ao Financiamento para construção – CICAP – SFH, R\$ 43.187 mil (R\$ 57.225 mil em 31/12/2010).

A remuneração apropriada no exercício de 2011 foi de R\$ 52.197 mil (R\$ 65.631 mil no exercício de 2010).

Operações de Crédito – Financiamentos cessão de crédito – Referem-se a financiamentos cedidos conforme mencionado Nota Explicativa nº 8.f.

- b) Depósitos - O passivo de curto prazo refere-se a depósitos especiais da FHE remunerados pela TR mais 6,5% ao ano, cujo encargo totalizou no exercício R\$ 3.533 mil (R\$ 2.777 mil, no exercício de 2010).

As transações efetuadas com a Fundação Habitacional do Exército - FHE estão assim resumidas:

Contas patrimoniais:

	31.12.2011				31.12.2010			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Ressarcimento:	14.532	0	0	0	12.125	0	0	0
Folha de Pessoal	13.851	0	0	0	11.771	0	0	0
Custo de Processamento	681	0	0	0	354	0	0	0
Operações de crédito	72.187	0	0	0	0	406.110	0	0
Empréstimos	29.000	0			0	406.110		
Financiamentos - CICAP (SFH)	43.187	0	0	0	45.245	0	0	0
Depósito Especial	0	0	6.151	0	0	0	304	0
FHE	0	0	6.151	0	0	0	304	0
Total	86.719	0	6.151	0	57.370	406.110	304	0

Contas de resultado:

	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010

Ressarcimento pessoal	53.806	96.736	83.599
Ressarcimento TI	2.244	4.175	4.861
Juros sobre Operações de Crédito	21.908	52.197	65.361
Encargos de Captação	(2.078)	(3.533)	(2.777)

NOTA 19 – BENEFÍCIO A EMPREGADOS (FUNDO DE PENSÃO)

A POUPEX é patrocinadora da POUPREV – Fundação de Seguridade Social que é uma entidade fechada de previdência complementar, criada sob a forma de Fundação sem fins lucrativos. Contando com um único plano, seus benefícios e classificações são distribuídos da seguinte forma:

Plano	Benefício	Classificação
POUPREV – Fundação de Seguridade Social	Aposentadoria por Invalidez	Benefício Definido
	Pensão por Morte	Benefício Definido
	Abono Anual	Contribuição Definida
	Aposentadoria	Contribuição Definida

O número de participantes compreendidos pelo plano de benefício patrocinado pela POUPEX está distribuído desta maneira:

POUPREV	31.12.2011			31.12.2010		
	Número de Participantes			Número de Participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
	1.277	18	1.295	1.256	11	1.267

O Fundo tem como objetivo administrar planos de benefícios de natureza previdenciária complementar, autônomos em relação ao Regime Geral de Previdência Social, voltados a seus participantes e assistidos, observados os respectivos regulamentos.

A Renda de Aposentadoria por Invalidez e a Renda de Pensão por Morte são calculadas pelo regime de “benefício definido” e os demais no regime de “contribuição definida” o que caracteriza o Plano Misto de Benefícios da POUPREV como plano de Contribuição Variável.

As contribuições mensais dos participantes para custeio do plano de benefícios são calculadas em função do Salário de Participação e podem chegar a 8% sendo 4% básica e 4% facultativa. Poderão ser feitas, também, contribuições extraordinárias, destinadas a melhorar o valor dos benefícios, sem contrapartida da Patrocinadora.

O montante das despesas com as contribuições efetuadas somam os seguintes valores:

Despesas - R\$ Mil	
Exercício 2011	Exercício 2010
6.413	6.392

As contribuições ao plano por seus membros ficaram assim distribuídas:

Contribuições ao plano de benefício - R\$ Mil						
POUPREV	31.12.2011			31.12.2010		
	Participantes	Patrocinadora	Total	Participantes	Patrocinadora	Total
	4.997	6.413	11.410	4.335	6.392	10.727

As contribuições patronais previstas não terão, obrigatoriamente, relação paritária com aquelas aportadas pelos respectivos Participantes, sendo que as facultativas somente ocorrerão caso o Participante tenha optado por tal modalidade de contribuição, na forma definida no Plano Anual de Custeio (4% da básica acrescida do percentual variável referente à facultativa).

JAIRO ALVES DOS SANTOS
Diretor

LETICIO DE CAMPOS DANTAS FILHO
Diretor

MARIA DE FÁTIMA M. GONÇALVES
Contadora CRC/DF 008.116/0-1